



Estado de Goiás
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



PROJETO DE LEI 72 DE 05 DE maio DE 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO E POSTERIOREMENTE
A COMISSÃO DE CONST. JUSTICIA
E REDAÇÃO
Em 07/03/2018
1º Secretário

Dispõe sobre a cobrança de pedágio em rodovias do Sistema Rodoviário Estadual.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo 1

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei disciplina a cobrança de pedágio nas rodovias de jurisdição do Estado de Goiás.

Art. 2º A exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio pressupõe o cumprimento dos requisitos e dispositivos regulamentares desta lei.

Art. 3º A exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio, conforme as modalidades disciplinadas por esta lei, será pública ou privada.

§ 1º Na modalidade pública, a exploração não terá propósito de lucro, ficará a cargo de órgão da administração indireta, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, designado pelo Governador do Estado.

§ 2º Na modalidade privada, a exploração será concedida, mediante licitação, a empresa privada, conforme previsto no Art. 175 da Constituição Federal e da legislação federal e estadual, aplicáveis as concessões.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís César Bueno



Art. 4º A exploração de infraestrutura rodoviária por meio de cobrança de pedágio será formalizada por intermédio de contrato administrativo, de dois tipos:

I - Contrato de Gestão, no caso da exploração pública; firmado entre o Governador, a Secretaria de Gestão Planejamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos e a autoridade rodoviária.

II – Contrato de Concessão, no caso da exploração privada, firmado pelo Governador do Estado, a Secretaria de Gestão Planejamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, Autoridade Rodoviária e a empresa ou consórcio vencedor da licitação.

Art. 5º Pedágio é o preço público cobrado do usuário de infraestrutura rodoviária, a título de contraprestação pela oferta de condições de segurança, conforto e fluidez do trânsito em padrão de excelência.

Art. 6º Consideram-se atendidas as condições expostas no artigo anterior se a infraestrutura rodoviária:

I – possuir, de forma ininterrupta, pelo menos duas faixas de rolamento em cada sentido de trânsito, separadas fisicamente;

II – possuir pavimento e estrutura com níveis adequados de serventia, de acordo com parâmetros técnicos de ampla aceitação;

III – possuir acessos limitados;

IV – for dotada de defensas, sinalização e dispositivos de segurança em conformidade com as mais modernas recomendações de engenharia de tráfego;

V – ter eliminado previamente todos os pontos de acidentes no caso de rodovias existentes;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



VI - ter características técnicas de projeto que permitam às diversas categorias de veículo automotora desenvolver, ao longo de todo o trajeto, a máxima velocidade permitida na legislação de trânsito;

VII – for explorada mediante a oferta permanente e adequada dos serviços:

- A- de atendimento médico de emergência;
- B- de atendimento mecânico de emergência;
- C- de guarda e vigilância;
- D- de informações e atendimento ao usuário;
- E- de monitoração;
- F- de limpeza e conservação da via;
- G- de controle de peso de veículos;
- H- de comunicação, incluindo serviços telefônicos e de rádio frequência;

Parágrafo único. No caso de exploração mediante cobrança de pedágio em rodovias existentes com condições geométricas e características técnicas, que não atendam as exigências preconizadas nos incisos V, VI e VII, examinadas as realidades de cada rodovia, poderão ser estabelecidos prazos adicionais para a adequação das características, tais como:

- a) inciso (V) - eliminação de pontos de acidentes, pontes estreitas e outros. Alargamento das pontes no período de três anos.
- b) inciso (VI) - manutenção da velocidade máxima permitida , em 100% da rodovia. Exigir como requisitos prévios - velocidade máxima em pelo menos 80% da extensão do trecho e faixas adicionais de subida para veículos lentos, garantindo a ultrapassagem em todos os trechos onde houver restrições.

Capítulo 2

DAS DEFINIÇÕES

Art. 7º Para os fins desta lei considera-se:



Estado de Goiás
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



autoestrada: via de tráfego rápido, com todos os acessos controlados, sem cruzamento de nível e destinada exclusivamente a veículos motorizados . (o mesmo que estrada bloqueada, rodovia bloqueada)

autoridade rodoviária: órgão da administração direta, autarquia ou agência reguladora encarregada, por lei, de gerir a infraestrutura rodoviária posta sob exploração econômica pública ou privada;

complexos rodoviários: conjuntos localizados de pontes, viadutos, túneis, falsos túneis, e vias complementares de acesso e ligação entre os seus componentes, destinados a travessia de áreas críticas, exigindo complexas obras de engenharia e elevados investimentos.

concessionária – pessoa jurídica ou consórcio de empresas vencedor de licitação, na modalidade de concorrência, para concessão de serviços público em rodovias, precedida ou não de obras públicas.

contribuição do Estado: aporte a fundo perdido, a título de compensação dos contribuintes destinados a indenizar parcela dos custos indivisíveis oriundas de obrigações da administração pública de caráter social, de desenvolvimento e outras;

contribuições dos não-usuários: receitas de convênios com outras esferas de governo, de parcerias com empreendedores, e de outros setores interessados na rodovia.

contribuições dos usuários: receita das tarifas cobradas dos motoristas dos veículos que utilizam a rodovia, a título de ressarcimento dos custos que impõe ao explorador da rodovia, limitada ao valor dos benefícios auferidos pelos usuários.

exploração econômica pública: modalidade de exploração do patrimônio rodoviário público, onde o Estado autoriza explorador por determinado período de tempo, e nas condições que estabelece, a produzir receitas monetárias com o propósito de financiar o desenvolvimento da própria rodovia.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís Cesar Bueno



explorador: autarquia, empresa pública, empresa de economia mista com a qual o Estado celebra contrato de gestão para exploração econômica de infraestrutura rodoviária.

infraestrutura rodoviária: rodovia, ponte, túnel e viaduto, com e suas instalações acessórias e complementares;

plano rodoviário: conjunto de princípios, diretrizes e normas fundamentais aplicáveis ao sistema rodoviário do Estado de Goiás, bem como a relação descritiva da infraestrutura rodoviária sob sua jurisdição.

poder concedente: o Estado, titular de serviço público objeto de contrato de exploração, ou concessão;

preço público: contraprestação financeira obrigatória, exigida dos condutores de veículos automotores que, dispondo de alternativa livre de pedágio, e conhecendo antecipadamente a cobrança do valor da tarifa a pagar, voluntariamente, optem por utilizar rodovia submetida a exploração econômica mediante pagamento do pedágio.

programa de exploração: conjunto de encargos, soluções básicas, especificações, quantitativos e cronogramas relativos a exploração da infraestrutura rodoviária, a que se obriga o explorador;

projeto de outorga: documento onde deverá constar a exposição dos motivos que justificam à decisão de se explorar a infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio, a modalidade de exploração, o sumário das obras a serem realizadas, os cronogramas destas, e dos serviços a serem prestados durante a exploração, com os níveis de atendimento esperados, publicados em Diário Oficial do Estado;

via expressa: rodovia destinada ao tráfego rápido e direto, com separação de trânsito, e com acessos condicionados a locais predeterminados e sem cruzamentos de nível. (o mesmo que rodovia expressa)

Parágrafo único. Não são considerados complexos rodoviários para os fins desta Lei, conjuntos de obras rodoviárias, mesmo que de grande vulto, formados por



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



extensões maiores de uma mesma rodovia, os sistemas coletores de rodovias, e ainda conjunto de rodovias associados em um polo rodoviário

Capítulo 3

DAS CONDIÇÕES PARA A COBRANÇA E PEDÁGIO

Art. 8º São requisitos indispensáveis para que o Estado possa instituir a cobrança de pedágio:

- I – a rodovia pertencer ao Sistema Rodoviário do Estado de Goiás;
- II – a rodovia estar incluída na rede de rodovias de jurisdição estadual, passíveis de serem exploradas mediante pedágio, aprovada em lei específica que deverá conter em forma de anexo o estudo preliminar de outorga.
- III – existir o estudo preliminar de outorga, realizado pela autoridade rodoviária, que:
 - a- indique a infraestrutura rodoviária que se pretende explorar mediante a cobrança de pedágio;
 - b- determine e justifique a modalidade de exploração;
 - c- defina o programa de metas para exploração da infraestrutura rodoviária;
 - d- demonstre a viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental do empreendimento, em face das metas pretendidas;
 - e- avalie os impactos sociais adversos para os grupos de menor renda, as comunidades lindeiras, e o desenvolvimento regional e local;
 - f- ateste a existência de redução de custo operacional dos veículos em proporção superior ao montante despendido com o pagamento de pedágio no trecho a ser explorado, considerados como parâmetro para análise de que trata a alínea anterior, o custo operacional efetivo por categoria de veículo sob condições existentes no trecho a ser explorado e o custo estimado sob as condições previstas no programa de metas.



**Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno**



IV – a existência de infraestrutura rodoviária alternativa àquela na qual se pretende cobrar pedágio, indicada expressamente no estudo de que trata o inciso anterior, em conformidade com o disposto nos planos rodoviários federal, estadual ou municipal;

V – existir lei específica que aprove as condições estipuladas no projeto de outorga e contrato de exploração.

§ 1º O estudo preliminar de outorga, e todos os documentos que o instruem, são documentos públicos, de livre acesso a qualquer cidadão interessado.

§2º A autoridade rodoviária deverá disponibilizá-los aos interessados para ampla consulta; assegurar cópia dos arquivos em meio eletrônico; e publicar o seu resumo no Diário Oficial do Estado.

§ 3º O estudo preliminar de outorga, com antecedência de 90 dias a aprovação do Governador do Estado, será submetido a audiências públicas na capital e nas cidades atravessadas pela rodovia.

Capítulo 4

DAS REGRAS PARA COBRANÇA DE PEDÁGIO

Art. 9º A exploração de infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio só pode ter início após o completo atendimento dos pré-requisitos estipulados nesta lei e da adequação da infraestrutura rodoviária as determinações e especificações do programa de metas.

Art.10 O início da cobrança de pedágio depende da realização de obras e serviços preliminares, previstos no programa de exploração, com o intuito de adequar a infraestrutura rodoviária as exigências previstas no art.6º desta lei.

Art. 11 São pressupostos para a cobrança de pedágio a prestação de serviços adequados, capazes de satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, fluidez do tráfego, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade dos preços.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Para os fins deste previstos artigo, considera-se:

I – regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no programa de exploração e nas normas técnicas aplicáveis e em contrato;

II – continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;

III – eficiência: a execução dos serviços de acordo com normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas de exploração.

IV – conforto: a manutenção das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos sistemas de sinalização, de informações, de comunicações e de cobrança de pedágio em níveis que assegurem a comodidade dos usuários;

V – segurança: a operação, nos níveis exigidos no programa de exploração, dos sistemas referidos na alínea anterior, de modo que sejam mantidos, em padrões satisfatórios, os riscos de acidentes, compreendendo, também, os serviços gratuitos de atendimento médico de primeiros socorros e os serviços gratuitos de atendimento mecânico emergencial.

VI – fluidez do tráfego: as boas condições de fluidez de transito, alcançada pelo correto gerenciamento dos sistemas referidos no inciso IV acima, propiciando que os usuários alcancem seus destinos de acordo com as suas programações de tempo, sem congestionamentos, inclusive nas praças de pedágio e nos postos de pesagem;

VII – atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários;

VIII – generalidade: universalidade de prestação dos serviços, que devem ser iguais para todos os usuários, sem discriminação;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



IX – cortesia na prestação dos serviços: tratamento adequado aos usuários da infraestrutura rodoviária;

X – modicidade da tarifa: a justa correlação entre os benefícios para os usuários e a retribuição destes, expressa no valor inicial da tarifa e nos valores decorrentes de revisões e reajustes tarifários. Obrigação do Estado de assegurar aos usuários a tarifa módica.

§ 1º tarifa módica: aquela que assegura relação igual ou maior unidade entre os benefícios diretos resultantes da contraprestação para o usuário e o preço desta. O valor da tarifa exigida não é superior à capacidade de pagar dos usuários de menor renda. Tarifa que remunera custos de produção e gestão em regime de eficiência, tributos efetivamente pagos, preços de obras e serviços, taxas de juros e de remuneração de capital normais comparados à realidade do mercado.

§2º A distância mínima para a instalação de praças de pedágio em entre si é de 100 km (cem quilômetros).

Capítulo 5

DO MODELO DE EXPLORAÇÃO

Art. 12 As rodovias estaduais do Estado de Goiás, nas quais seja cobrado pedágio, adotarão a modalidade de exploração econômica pública.

Art. 13 As rodovias dos tipos abaixo discriminadas, também poderão ser exploradas através de concessão ao setor privado, caso o estudo preliminar de outorga demonstre a possibilidade de tarifas menores para os usuários, e custos totais a valores presentes mais vantajosos para o Estado.

I – Autoestradas.

II – Vias Expressas.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Capítulo 6

A GESTÃO DAS RODOVIAS DE EXPLORAÇÃO PÚBLICA

Art. 14 A gestão das rodovias submetidas a exploração pública mediante pedágio será realizada pelo próprio Estado, sem objetivo de lucro, através de Órgão Gestor designado pelo Governador do Estado, e a supervisão da Secretaria de Estado a que se vincular o referido órgão.

§ 1º Os serviços e obras na rodovia sob pedágio público serão descentralizados a iniciativa privada através de contratos administrativos, tendo por contratante o Órgão Gestor; e contratadas, as empresas vencedoras das respectivas licitações, nos termos da legislação vigente de licitação e das prescrições desta lei.

Art. 15 Cabe ao Órgão Gestor a responsabilidade pela arrecadação do pedágio, por captar e gerir os recursos financeiros, e por assegurar a oportuna disponibilidade das receitas estipuladas para o financiamento da rodovia.

§ 1º - Todas as receitas vinculadas a infraestrutura rodoviária objeto de exploração pública são consideradas receitas públicas;

§ 2º - O Órgão Gestor poderá contratar os serviços especializados de arrecadação, guarda e transporte de valores, e depósito diário da totalidade valores de pedágio arrecadado, na conta vinculada da respectiva rodovia. As empresas contratantes destes serviços e seus proprietários estarão impedidos de prestar outros serviços e obras as rodovias submetidas a pedágio público.

Art. 16 O produto havido do pedágio deve ser destinado unicamente ao financiamento da exploração da infraestrutura rodoviária a ele submetida.



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Parágrafo único. Acessos a municípios e comunidades lindeiras poderão ser incluídos no projeto da rodovia desde que haja previsão expressa no programa de metas e aprovação na lei que autorizar a cobrança de pedágio.

Art. 17 O ingresso de veículos na infraestrutura rodoviária explorada mediante cobrança de pedágio deve ser, sempre que possível, controlado, impondo-se ao usuário pagamento de tarifa correspondente à distância percorrida.

Parágrafo único. Nos casos em que for inviável a cobrança do pedágio pela distância percorrida, a estimativa do valor médio cobrado a maior dos usuários, devido a distribuição das praças, não deve ser superior ao montante dos custos da rodovia coberto por outras receitas distintas do pedágio.

Capítulo 7

DO FINANCIAMENTO

Art. 18 As rodovias submetidas à exploração econômica pública, poderão ter por fontes de financiamento:

I – Contribuições dos Usuários – receita das tarifas de pedágio cobradas dos motoristas dos veículos que utilizam a rodovia.

II – Contribuição do ESTADO — aporte a fundo perdido, através da alocação e recursos arrecadados de impostos, de contribuições, de taxas, de fundo vinculado a rodovias e outras fontes. (Contrapartida dos Contribuintes)

III – Contribuições dos Não-Usuários – receita de convênios com outras esferas de governo, e de parcerias com empreendedores, e outros setores interessados na rodovia.

IV – Antecipações de Receitas – receita de financiamentos, públicos ou privados.



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Art. 19 Os custos totais da rodovia, - projeto, construção, manutenção, conservação, restauração, ampliação de capacidade, sinalização, segurança e monitoramento do tráfego, e obras de arte especiais; os custos de serviços de fiscalização, de consultoria, e de arrecadação de tarifas; os custos de apoio aos usuários, de gratuidades, de encargos de serviços públicos, e os custos financeiros -, servirão de base para a fixação de todos de forma equitativa, serão distribuídos entre os beneficiários da rodovia - Usuários, Não Usuários e o Estado da forma seguinte:

I - Contribuições dos Usuários – a parcela dos custos totais, correspondente aos benefícios dos USUÁRIOS, será cobrada destes através da tarifa, distribuída entre os usuários, proporcionalmente ao uso, e a categoria do veículo, obedecida a classificação de veículos desta Lei.

II - Contribuições do Estado - parcela dos custos totais indenizatória dos custos não-divisíveis, correspondente aos benefícios proporcionados pela rodovia a coletividade estadual, a não usuários e ao Estado.

III – Contribuições de Não Usuários – receitas de convênios com outras esferas de governo, de parcerias com empreendedores, e outros.

IV - Antecipações de Receita - empréstimos financeiros para financiamento de rodovias sob exploração econômica pública, captadas nos limites e condições estabelecidas pelo Governo do Estado. São recursos restituíveis, tomados de financiadores públicos ou privados;

V - Antecipações Públicas de Receitas: recursos restituíveis ao Estado, alocados sob forma de financiamento a rodovia submetida a pedágio, que deverão ser pago pelos usuários mediante receitas futuras do pedágio

§ 1º Incluem-se na contribuição prevista no inciso II, deste artigo, contrapartida Indenizatória do valor de gratuidades, de custos de obras e de serviços decorrentes de políticas sociais.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís Cesar Bueno



§ 1º Incluem-se na contribuição prevista no inciso II, deste artigo, contrapartida indenizatória do valor de gratuidades, de custos de obras e de serviços decorrentes de políticas sociais.

§ 2º O Governo do Estado, quando da inclusão da rodovia na rede de exploração mediante pedágio público, fixará o valor do aporte a fundo perdido e o respectivo cronograma de desembolso. Os valores fixados, corrigidos do efeito inflacionário, serão incluídos na proposta orçamentária do Órgão Gestor.

§ 3º As receitas originadas das contribuições mencionadas no inciso III, deste artigo, serão aplicadas exclusivamente na rodovia a que se referem às contribuições, e deverá ser depositada em conta bancária vinculada a mesma rodovia.

§ 4º Os aportes restituíveis do Tesouro do Estado - dotações alocadas à rodovia, sob forma de empréstimo poderão ser dispensados de juros, deverão pagar a correção da inflação, pelo índice estipulado no contrato de gestão.

§ 5º Os financiamentos bancários - empréstimos tomados pela autoridade rodoviária, vinculados a rodovia, nos limites e condições aprovadas pelo Governo do Estado, poderão ser garantidos pela vinculação da receita de pedágio, no montante das amortizações e juros estabelecidos.

Capítulo 8

DA TARIFA

Art. 21 A cada exploração de infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio deverá corresponder uma tarifa básica, preservada por regras de reajuste e revisão, destinadas a manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do empreendimento.

Parágrafo único. A tarifa terá por referência o das rodovias federais não podendo excedê-las

Art. 22 A base de cálculo das tarifas de pedágio levará em conta, obrigatoriamente, os seguintes fatores:



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



II – Despesas de Manutenção – englobando a previsão de despesas de conservação rotineira, corretiva, preventiva, preventiva periódica, e de todos os tipos de restauração;

III- Despesas Operacionais – envolvendo as despesas de administração, operação da rodovia, arrecadação de pedágio, atendimento a veículos e usuários, e outros custos gerais

IV – Despesas Financeiras – envolvendo as despesas decorrentes dos financiamentos autorizados pelo Estado e os seus custos.

V - Despesas Fiscais e Tributárias – no caso das rodovias sob exploração pública, esses custos estarão embutidos nos custos dos serviços e obras. Não incidirão sobre a receita de pedágio encargos fiscais e tributários.

Art. 23 A tarifa básica de pedágio é a unidade tarifaria – UT. O seu valor corresponde ao preço inicial da tarifa cobrada do automóvel pelo deslocamento a distância de um (1) quilômetro, na rodovia a que se refere.

Art. 24 A estrutura tarifária, será diferenciada por categoria de veículos, conforme indicado na tabela seguinte:

Categoria:	Tipo de Veículo
------------	-----------------

1 Automóveis, caminhonetes e furgão .

2 Automóveis e caminhonetes com semi-reboque. Caminhões leves e ônibus leves



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Art. 26 O reajuste da tarifa básica de pedágio deve ter periodicidade anual, respeitando a metodologia de reajustamento adotada para todas as rodovias estaduais exploradas mediante cobrança de pedágio público

Art. 27 A revisão de tarifa básica terá lugar quando da ocorrência de fatores não previstos no início da exploração importem no desequilíbrio econômico-financeiro desta. São considerados fatores motivadores de revisão da tarifa básica, para mais ou para menos, os seguintes:

I – redução ou o aumento do volume de tráfego, em relação aos valores adotados no programa de exploração do contrato.

II - supressão ou acréscimo de encargos nos programas de exploração.

III - recebimento de receitas não advindas da cobrança de pedágio, e não previstas no início da exploração

Capítulo 9

DOS PROGRAMAS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA

Art. 28 O programa de exploração de infraestrutura rodoviária deve conter, obrigatoriamente, a relação de obras e serviços a serem executados durante a exploração, os cronogramas de execução e os parâmetros, especificações e padrões de qualidade a serem seguidos.



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



§ 1º O programa de exploração, deve ser transparente, e suficientemente desdobrado em seus objetivos e metas, para permitir o acompanhamento público de resultados e o controle social da gestão.

§ 2º O órgão gestor, regularmente, apresentará relatórios mensais e anuais, de acompanhamento do programa de exploração. Esses relatórios serão públicos, devendo ser submetido a apreciação do Conselho de Usuários

Art. 29 As alterações no programa de exploração que contrariem o disposto no programa de metas ou importem em acréscimo ou redução da tarifa básica em índice superior a dez por cento de seu valor presente deverão ser precedidas de audiências públicas.

Capítulo 9

DOS DIREITOS E DEVERES

DOS USUÁRIOS

Art. 30 São direitos e deveres dos usuários de rodovias exploradas mediante pedágio público:

I – receber serviço adequado, conforme previsto no Art.11, incisos I a X desta lei, e de acordo com os termos e especificações do programa de exploração da rodovia.

II – receber do explorador e da autoridade rodoviária, quando solicitadas, informações para defesa dos interesses individuais ou coletivos;



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



V - levar ao conhecimento do explorador e da autoridade rodoviária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes à execução da exploração;

VI – comunicar a autoridade rodoviária atos ilícitos praticados pelo explorador, seus servidores, empresas contratadas prestadoras de serviços e obras, à frente do empreendimento explorado;

VII – contribuir para a permanência das boas condições da infraestrutura rodoviária e cumprir a legislação de trânsito;

VIII – receber da autoridade rodoviária e do explorador informações necessárias ao uso correto dos serviços colocados a sua disposição;

Art. 31 – Aplicam-se aos serviços submetidos ao pedágio público, no que se refere aos direitos dos usuários, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Capítulo 10

DOS DIREITOS E DEVERES DO PODER OUTORGANTE

Art. 32 - São direitos e deveres do poder outorgante:

I - regulamentar o serviço outorgado e fiscalizar permanentemente a sua prestação;

II - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do contrato;

III - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;

IV - estimular as associações de usuários para a defesa de seus interesses relativos ao serviço, inclusive para sua fiscalização;



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



V - estimular a competitividade e a livre concorrência, quando pertinentes, para racionalizar, melhorar a qualidade e ampliar a disponibilidade do serviço;

VI - fixar, reajustar e revisar as tarifas, na forma legal e contratual;

VII - aplicar as penalidades legais e contratuais;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes ao concessionário, caso em que será deste a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - intervir na prestação do serviço, retomá-lo e extinguir os contratos, nos casos e nas condições previstas em lei e no contrato.

Capítulo 11

DIREITOS E DEVERES DO EXPLORADOR

Art. 33 Incumbe ao explorador, diretamente, e através das suas empresas prestadoras de serviços e obras:

I – prestar serviço adequado;

II – manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à exploração;

III – prestar contas da execução das obras e da gestão dos serviços;

IV – assegurar aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e as instalações vinculadas à exploração, bem como seus registros contábeis;

V – prestar informações que lhes forem solicitadas pela autoridade rodoviária, bem como realizar relatórios periódicos, conforme definido em contrato;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



- VI – promover desapropriações e instituir servidões administrativas seja por acordo ou por intermédio de ação judicial, de imóveis declarados de utilidade pública, para assegurar a realização e conservação de obras e serviços vinculados à exploração, bem assim propor limitações administrativas de caráter geral ao uso de imóveis limítrofes à faixa de domínio da infraestrutura rodoviária e ocupar, provisoriamente, sobreditos imóveis, para a finalidade indicada;
- VII – zelar pelos bens vinculados a exploração;
- VIII – desenvolver projetos comerciais associados à exploração, nos termos previstos em contrato;
- IX – adotar todas as providências para garantir a fluidez do tráfego na infraestrutura rodoviária, e nível de serviço adequado;
- X – garantir o pronto restabelecimento do tráfego, caso interrompido, com a eliminação de obstáculos e impedimentos ao fluxo, ainda que posteriormente possa requerer indenizações a terceiros, quando for o caso;
- XI – executar todas as obras, serviços e atividades relativos à exploração com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo rigorosamente as normas e especificações previstas no programa de exploração, garantindo o tráfego em condições de segurança;
- XII – implementar obras destinadas a aumentar a segurança e a comodidade dos usuários;
- XIII – adotar todas as providências necessárias a garantia do patrimônio da infraestrutura rodoviária, inclusive sua faixa de domínio e seus acessos;
- XIV – submeter à aprovação da autoridade rodoviária, com a antecedência prevista em contrato, o esquema de circulação alternativo que pretende adotar quando da realização de obra que obrigue a interrupção de qualquer das faixas de rolamento;



Estado do Goiás
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



XV – divulgar adequadamente a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras na infraestrutura rodoviária, em especial aquelas que obriguem a interrupção de faixas de rolamento;

XVI – elaborar e colocar em prática esquemas de atendimento a situações de emergência, para tanto mantendo disponíveis recursos humanos e materiais;

XVII – apoiar a ação de representantes da autoridade rodoviária, da polícia, do corpo de bombeiros, da defesa civil, dos órgãos de saúde e das Forças Armadas;

XVIII – zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas respondendo pela obtenção de eventuais licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental;

XIX - aceitar todas as medidas tomadas pelos responsáveis investidos de autoridade de trânsito que se fizerem necessárias à garantia da fluidez de tráfego e segurança dos usuários, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;

XX – manter nas praças de pedágio, livros numerados e visados pela autoridade rodoviária, destinados ao registro de reclamações ou queixas relativas à prestação de serviços do explorador ou de seus agentes;

XXI – respeitar, na execução de obras e serviços, as características ambientais do local de execução, obrigando-se ainda a transportar, para o local identificado e aprovado pela autoridade rodoviária e pelos agentes de proteção ambiental, os materiais de bota-fora, entulhos e lixos de qualquer natureza, provenientes das obras e serviços que venha a realizar;

XXII – manter, em pontos adequados próximos às praças de pedágio, sinalização indicativa de valor das tarifas de pedágio vigentes;

XXIII – submeter à prévia aprovação da autoridade rodoviária a desativação e a baixa de bens móveis integrados à exploração;

XXIV – controlar todos os terrenos e edificações integrantes da exploração e tomar medidas necessárias para evitar e sanar uso ou ocupação não autorizada desses bens, mantendo a autoridade rodoviária informada a respeito;



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



XXV – apresentar relatório à autoridade rodoviária sobre as reclamações registradas pelos usuários, as respostas dadas e as providências adotadas.

Capítulo 12

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 34 A fiscalização da exploração de infraestrutura rodoviária mediante cobrança de pedágio será exercida pela autoridade rodoviária, e destinar-se-á a garantir o perfeito cumprimento das determinações previstas nesta lei, no programa de exploração e no contrato.

Art. 35 Com base nos trabalhos de fiscalização, a autoridade rodoviária deverá elaborar relatórios mensais e anual de acompanhamento da exploração, nos quais deverá avaliar a execução do contrato, e de forma objetiva, as condições que trata art. 11 desta lei.

Parágrafo único. Os relatórios de acompanhamento da exploração deverão ser publicados na página da internet da autoridade rodoviária.

Art. 36 Será estabelecido em contrato a periodicidade da realização de auditoria financeira e contábil da exploração, por auditores independentes, sem prejuízo de outras que a autoridade rodoviária entenda conveniente realizar.

Capítulo 13

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 37 Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento de disposições desta lei, do programa de exploração ou do contrato.



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



§ 1º É estritamente proibida a fixação de praças de cobrança em distância menor que o estipulado em lei, sob pena de multa e de demolição.

§2º Responde pela infração, conjunta ou isoladamente, qualquer pessoa física ou jurídica que, intervindo na exploração, concorra para a sua prática ou dela se beneficie.

§ 3º Ao infrator fica garantido amplo direito de defesa.

Art. 38 As infrações estão sujeitas às seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da falta:

I – advertência;

II – multa, de cem até dez mil unidades de referência de tarifa;

III - interrupção da exploração, mediante rescisão contratual.

Parágrafo único. O valor de uma unidade de referência de tarifa corresponde a mil vezes o valor da tarifa básica vigente na data de recolhimento da multa.

Art. 39 Compete à autoridade rodoviária determinar a pena ou as penas aplicáveis ao infrator, fixando sua quantidade, respeitados os limites fixados no artigo anterior.

Capítulo 14

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 O explorador deverá apresentar à autoridade rodoviária relatórios técnicos, operacionais e financeiros, mensais e anuais, de forma a retratar o fiel andamento das obras e serviços previstos no programa de exploração.

Capítulo 15

DA INTERRUÇÃO DA EXPLORAÇÃO



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Art. 41 Interrompe-se a exploração da infraestrutura rodoviária mediante cobrança de pedágio em face da ocorrência das seguintes situações, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas em contrato:

I – suspensão da execução de obras ou da prestação dos serviços, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respectiva causa;

II – realização das obras em desacordo com as normas técnicas, com os projetos aprovados pela autoridade rodoviária ou com as determinações constantes do programa de exploração;

III – prestação de serviços de forma inadequada;

IV – recusa em proceder a adequada conservação e manutenção dos bens que integram a exploração;

V – cobrança de pedágio em valor diferente do fixado em contrato;

VI – oposição repetida ao exercício da fiscalização, reiterada recusa ao cumprimento de exigências formuladas pela autoridade rodoviária ou sistemática inobservância do programa de exploração, quando se mostrarem ineficazes as demais sanções contratuais.

Parágrafo único. Os contratos de prestação de serviços e obras assinados pelo Órgão Gestor com empresas descentralizadas, contratadas para a prestação de serviços e obras em rodovias exploradas mediante cobrança de pedágio, incorporarão nos limites do objeto do contrato de cada uma, obrigações solidárias, responsabilidades e sanções pelo descumprimento dos incisos I, II, III, IV, e VI.

Art. 42 A suspensão da exploração da infraestrutura rodoviária mediante cobrança de pedágio, será precedida da abertura de processo e de audiências públicas onde se comprove plenamente o caráter de interesse público e a inevitabilidade da medida. A abertura do processo poderá ser motivada por:



Estado do Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



I - iniciativa do Estado, poder outorgante, por razões de interesse público ou razões de Estado;

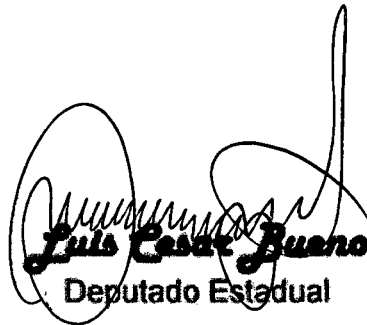
II - requerimento dos usuários em face de inadimplemento das condições contratuais por parte explorador;

III – iniciativa dos órgãos de controle externo, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Ministério Público Estadual e órgãos de defesa do consumidor;

IV - decisão judicial.

Parágrafo único: Na hipótese de suspensão da cobrança serão assegurados os direitos de credores com garantias de financiamentos bancários lastreados na arrecadação de pedágio.

Art. 43 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.



Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



JUSTIFICATIVA

Iniciamos a presente justificativa legislativa ressaltando que a regulamentação da lei que faz concessão da gestão terceirizada de trechos de rodovias estaduais faz-se de extrema necessidade para garantir o funcionamento do sistema de concessão de que ora tratamos. Acreditamos que o presente projeto de lei tem em sua função a importante missão de esclarecer e permitir uma melhor aplicação da lei, visando a garantia da prestação de serviço rodoviário efetivamente de qualidade à população.

Assim, esclarecemos que os diferentes aspectos que envolvem o sistema de cobrança de pedágios foram no presente projeto de lei agrupados em eixos, em torno dos quais deverá se fazer a gestão dos trechos das rodovias estaduais.

Com efeito, entre a ideia expressa genericamente na lei e sua aplicação efetiva, forçoso é detectar-se, por exemplo, a necessidade de sua regulamentação, a fim de adequar a norma à realidade fática para que a mesma atinja a plena eficácia.

Isso ocorre porque, embora louvável a intenção de criar determinada lei para beneficiar a coletividade, constantemente, o legislador, ponderando acerca dos obstáculos para a execução dessa lei, estipula os detalhes dos diversos aspectos práticos pertinentes por meio do ato de regulamentação da lei.

Percebe-se que face à sobrecarga de diplomas legais que dependem de regulamentação, nos últimos anos, houve um acúmulo de leis não regulamentadas, que, assim, deixaram de ser efetivamente aplicadas. O parlamentar, para dirimir esse problema, deve buscar, na medida do possível, além de expressar suas ideias no texto legal, expor as formas para sua realização, bem como definir prazos, sanções e exceções, com o objetivo de evitar a necessidade de regulamentação obrigatória pelo Executivo, possibilitando a imediata aplicação da lei.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



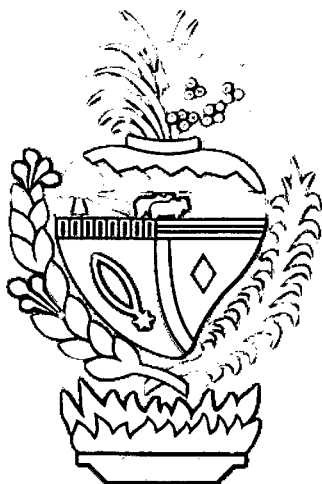
Muitos juristas entendem ser inconstitucional a aplicação de lei não regulamentada. Nesse sentido, o Prof. Miguel Reale, em parecer exarado a uma consulta, diz: '...Uma lei não regulamentada, não obstante a regulamentação esteja nela prevista, acha-se desprovida de eficácia. Qualquer ato nela baseado incorre em inconstitucionalidade, uma vez que são feridos dois princípios constitucionais: o que diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, válida e eficaz'; e o de que 'ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal' (Constituição Federal, art. 5º, inciso LIV)".

Por tais razões conclamamos à todos os colegas deputados e deputadas para que votem favoravelmente à proposição ora apresentada.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA - PALÁCIO ALFREDO NASSER, em DE DE 2018.



Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ESTADO DE GOIÁS

A CASA DO POVO

PROCESSO LEGISLATIVO
Nº 2018000827
Data Autuação: 07/03/2018

Projeto : 72-AL
Origem: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA - GO
Autor: DEP. LUIS CESAR BUENO
Tipo: PROJETO
Subtipo: LEI ORDINÁRIA
Assunto: 'DISPÕE SOBRE A COBRANÇA DE PEDÁGIO EM RODOVIAS DO SISTEMA RODOVIÁRIO ESTADUAL'.



2018000827



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



PROJETO DE LEI 72 DE 05 DE junho DE 2018.

APROVADO PRELIMINARMENTE
A PUBLICAÇÃO E POSTERIORMENTE
A COMISSÃO DE CONST. JUSTICIA
E REDAÇÃO
Em 07/03/2018
1º Secretário

Dispõe sobre a cobrança de pedágio em rodovias do Sistema Rodoviário Estadual.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS, nos termos do art. 10 da Constituição Estadual, decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Capítulo 1

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta lei disciplina a cobrança de pedágio nas rodovias de jurisdição do Estado de Goiás.

Art. 2º A exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio pressupõe o cumprimento dos requisitos e dispositivos regulamentares desta lei.

Art. 3º A exploração da infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio, conforme as modalidades disciplinadas por esta lei, será pública ou privada.

§ 1º Na modalidade pública, a exploração não terá propósito de lucro, ficará a cargo de órgão da administração indireta, autarquia, empresa pública ou sociedade de economia mista, designado pelo Governador do Estado.

§ 2º Na modalidade privada, a exploração será concedida, mediante licitação, a empresa privada, conforme previsto no Art. 175 da Constituição Federal e da legislação federal e estadual, aplicáveis às concessões.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Art. 4º A exploração de infraestrutura rodoviária por meio de cobrança de pedágio será formalizada por intermédio de contrato administrativo, de dois tipos:

I - Contrato de Gestão, no caso da exploração pública; firmado entre o Governador, a Secretaria de Gestão Planejamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos e a autoridade rodoviária.

II – Contrato de Concessão, no caso da exploração privada, firmado pelo Governador do Estado, a Secretaria de Gestão Planejamento, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos, Autoridade Rodoviária e a empresa ou consórcio vencedor da licitação.

Art. 5º Pedágio é o preço público cobrado do usuário de infraestrutura rodoviária, a título de contraprestação pela oferta de condições de segurança, conforto e fluidez do trânsito em padrão de excelência.

Art. 6º Consideram-se atendidas as condições expostas no artigo anterior se a infraestrutura rodoviária:

I – possuir, de forma ininterrupta, pelo menos duas faixas de rolamento em cada sentido de trânsito, separadas fisicamente;

II – possuir pavimento e estrutura com níveis adequados de serventia, de acordo com parâmetros técnicos de ampla aceitação;

III – possuir acessos limitados;

IV – for dotada de defensas, sinalização e dispositivos de segurança em conformidade com as mais modernas recomendações de engenharia de tráfego;

V – ter eliminado previamente todos os pontos de acidentes no caso de rodovias existentes;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



VI - ter características técnicas de projeto que permitam às diversas categorias de veículo automotora desenvolver, ao longo de todo o trajeto, a máxima velocidade permitida na legislação de trânsito;

VII – for explorada mediante a oferta permanente e adequada dos serviços:

- A- de atendimento médico de emergência;
- B- de atendimento mecânico de emergência;
- C- de guarda e vigilância;
- D- de informações e atendimento ao usuário;
- E- de monitoração;
- F- de limpeza e conservação da via;
- G- de controle de peso de veículos;
- H- de comunicação, incluindo serviços telefônicos e de rádio frequência;

Parágrafo único. No caso de exploração mediante cobrança de pedágio em rodovias existentes com condições geométricas e características técnicas, que não atendam as exigências preconizadas nos incisos V, VI e VII, examinadas as realidades de cada rodovia, poderão ser estabelecidos prazos adicionais para a adequação das características, tais como:

- a) inciso (V) - eliminação de pontos de acidentes, pontes estreitas e outros. Alargamento das pontes no período de três anos.
- b) inciso (VI) - manutenção da velocidade máxima permitida , em 100% da rodovia. Exigir como requisitos prévios - velocidade máxima em pelo menos 80% da extensão do trecho e faixas adicionais de subida para veículos lentos, garantindo a ultrapassagem em todos os trechos onde houver restrições.

Capítulo 2

DAS DEFINIÇÕES

Art. 7º Para os fins desta lei considera-se:



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís Cesar Bueno



autoestrada: via de tráfego rápido, com todos os acessos controlados, sem cruzamento de nível e destinada exclusivamente a veículos motorizados . (o mesmo que estrada bloqueada, rodovia bloqueada)

autoridade rodoviária: órgão da administração direta, autarquia ou agência reguladora encarregada, por lei, de gerir a infraestrutura rodoviária posta sob exploração econômica pública ou privada;

complexos rodoviários: conjuntos localizados de pontes, viadutos, túneis, falsos túneis, e vias complementares de acesso e ligação entre os seus componentes, destinados a travessia de áreas críticas, exigindo complexas obras de engenharia e elevados investimentos.

concessionária – pessoa jurídica ou consórcio de empresas vencedor de licitação, na modalidade de concorrência, para concessão de serviços público em rodovias, precedida ou não de obras públicas.

contribuição do Estado: aporte a fundo perdido, a título de compensação dos contribuintes destinados a indenizar parcela dos custos indivisíveis oriundas de obrigações da administração pública de caráter social, de desenvolvimento e outras;

contribuições dos não-usuários: receitas de convênios com outras esferas de governo, de parcerias com empreendedores, e de outros setores interessados na rodovia.

contribuições dos usuários: receita das tarifas cobradas dos motoristas dos veículos que utilizam a rodovia, a título de ressarcimento dos custos que impõe ao explorador da rodovia, limitada ao valor dos benefícios auferidos pelos usuários.

exploração econômica pública: modalidade de exploração do patrimônio rodoviário público, onde o Estado autoriza explorador por determinado período de tempo, e nas condições que estabelece, a produzir receitas monetárias com o propósito de financiar o desenvolvimento da própria rodovia.

explorador: autarquia, empresa pública, empresa de economia mista com a qual o Estado celebra contrato de gestão para exploração econômica de infraestrutura rodoviária.

infraestrutura rodoviária: rodovia, ponte, túnel e viaduto, com e suas instalações acessórias e complementares;

plano rodoviário: conjunto de princípios, diretrizes e normas fundamentais aplicáveis ao sistema rodoviário do Estado de Goiás, bem como a relação descritiva da infraestrutura rodoviária sob sua jurisdição.

poder concedente: o Estado, titular de serviço público objeto de contrato de exploração, ou concessão;

preço público: contraprestação financeira obrigatória, exigida dos condutores de veículos automotores que, dispondo de alternativa livre de pedágio, e conhecendo antecipadamente a cobrança do valor da tarifa a pagar, voluntariamente, optem por utilizar rodovia submetida a exploração econômica mediante pagamento do pedágio.

programa de exploração: conjunto de encargos, soluções básicas, especificações, quantitativos e cronogramas relativos a exploração da infraestrutura rodoviária, a que se obriga o explorador;

projeto de outorga: documento onde deverá constar a exposição dos motivos que justificam a decisão de se explorar a infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio, a modalidade de exploração, o sumário das obras a serem realizadas, os cronogramas destas, e dos serviços a serem prestados durante a exploração, com os níveis de atendimento esperados, publicados em Diário Oficial do Estado;

via expressa: rodovia destinada ao tráfego rápido e direto, com separação de trânsito, e com acessos condicionados a locais predeterminados e sem cruzamentos de nível. (o mesmo que rodovia expressa)

Parágrafo único. Não são considerados complexos rodoviários para os fins desta Lei, conjuntos de obras rodoviárias, mesmo que de grande vulto, formados por



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



extensões maiores de uma mesma rodovia, os sistemas coletores de rodovias, e ainda conjunto de rodovias associados em um polo rodoviário

Capítulo 3

DAS CONDIÇÕES PARA A COBRANÇA E PEDÁGIO

Art. 8º São requisitos indispensáveis para que o Estado possa instituir a cobrança de pedágio:

- I – a rodovia pertencer ao Sistema Rodoviário do Estado de Goiás;
- II – a rodovia estar incluída na rede de rodovias de jurisdição estadual, passíveis de serem exploradas mediante pedágio, aprovada em lei específica que deverá conter em forma de anexo o estudo preliminar de outorga.
- III – existir o estudo preliminar de outorga, realizado pela autoridade rodoviária, que:
 - a- indique a infraestrutura rodoviária que se pretende explorar mediante a cobrança de pedágio;
 - b- determine e justifique a modalidade de exploração;
 - c- defina o programa de metas para exploração da infraestrutura rodoviária;
 - d- demonstre a viabilidade técnica, econômico-financeira e ambiental do empreendimento, em face das metas pretendidas;
 - e- avalie os impactos sociais adversos para os grupos de menor renda, as comunidades lindeiras, e o desenvolvimento regional e local;
 - f- ateste a existência de redução de custo operacional dos veículos em proporção superior ao montante despendido com o pagamento de pedágio no trecho a ser explorado, considerados como parâmetro para análise de que trata a alínea anterior, o custo operacional efetivo por categoria de veículo sob condições existentes no trecho a ser explorado e o custo estimado sob as condições previstas no programa de metas.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



IV – a existência de infraestrutura rodoviária alternativa àquela na qual se pretende cobrar pedágio, indicada expressamente no estudo de que trata o inciso anterior, em conformidade com o disposto nos planos rodoviários federal, estadual ou municipal;

V – existir lei específica que aprove as condições estipuladas no projeto de outorga e contrato de exploração.

§ 1º O estudo preliminar de outorga, e todos os documentos que o instruem, são documentos públicos, de livre acesso a qualquer cidadão interessado.

§2º A autoridade rodoviária deverá disponibilizá-los aos interessados para ampla consulta; assegurar cópia dos arquivos em meio eletrônico; e publicar o seu resumo no Diário Oficial do Estado.

§ 3º O estudo preliminar de outorga, com antecedência de 90 dias a aprovação do Governador do Estado, será submetido a audiências públicas na capital e nas cidades atravessadas pela rodovia.

Capítulo 4

DAS REGRAS PARA COBRANÇA DE PEDÁGIO

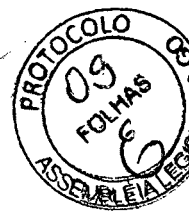
Art. 9º A exploração de infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio só pode ter início após o completo atendimento dos pré-requisitos estipulados nesta lei e da adequação da infraestrutura rodoviária as determinações e especificações do programa de metas.

Art.10 O início da cobrança de pedágio depende da realização de obras e serviços preliminares, previstos no programa de exploração, com o intuito de adequar a infraestrutura rodoviária as exigências previstas no art.6º desta lei.

Art. 11 São pressupostos para a cobrança de pedágio a prestação de serviços adequados, capazes de satisfazer as condições de regularidade, continuidade, eficiência, conforto, segurança, fluidez do tráfego, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade dos preços.



Estado de Goiás
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís Cesar Bueno



Para os fins deste previsto artigo, considera-se:

I – regularidade: a prestação dos serviços nas condições estabelecidas no programa de exploração e nas normas técnicas aplicáveis e em contrato;

II – continuidade: a manutenção, em caráter permanente, da oferta dos serviços;

III – eficiência: a execução dos serviços de acordo com normas técnicas aplicáveis e em padrões satisfatórios, que busquem, em caráter permanente, a excelência, e que assegurem, qualitativa e quantitativamente, o cumprimento dos objetivos e das metas de exploração.

IV – conforto: a manutenção das pistas de rolamento, dos acostamentos, dos sistemas de sinalização, de informações, de comunicações e de cobrança de pedágio em níveis que assegurem a comodidade dos usuários;

V – segurança: a operação, nos níveis exigidos no programa de exploração, dos sistemas referidos na alínea anterior, de modo que sejam mantidos, em padrões satisfatórios, os riscos de acidentes, compreendendo, também, os serviços gratuitos de atendimento médico de primeiros socorros e os serviços gratuitos de atendimento mecânico emergencial.

VI – fluidez do tráfego: as boas condições de fluidez de trânsito, alcançada pelo correto gerenciamento dos sistemas referidos no inciso IV acima, propiciando que os usuários alcancem seus destinos de acordo com as suas programações de tempo, sem congestionamentos, inclusive nas praças de pedágio e nos postos de pesagem;

VII – atualidade: modernidade das técnicas, dos equipamentos e das instalações e a sua conservação e manutenção, bem como a melhoria e a expansão do serviço, na medida das necessidades dos usuários;

VIII – generalidade: universalidade de prestação dos serviços, que devem ser iguais para todos os usuários, sem discriminação;

IX – cortesia na prestação dos serviços: tratamento adequado aos usuários da infraestrutura rodoviária;

X – modicidade da tarifa: a justa correlação entre os benefícios para os usuários e a retribuição destes, expressa no valor inicial da tarifa e nos valores decorrentes de revisões e reajustes tarifários. Obrigação do Estado de assegurar aos usuários a tarifa módica.

§ 1º tarifa módica: aquela que assegura relação igual ou maior unidade entre os benefícios diretos resultantes da contraprestação para o usuário e o preço desta. O valor da tarifa exigida não é superior à capacidade de pagar dos usuários de menor renda. Tarifa que remunera custos de produção e gestão em regime de eficiência, tributos efetivamente pagos, preços de obras e serviços, taxas de juros e de remuneração de capital normais comparados à realidade do mercado.

§2º A distância mínima para a instalação de praças de pedágio em entre si é de 100 km (cem quilômetros).

Capítulo 5

DO MODELO DE EXPLORAÇÃO

Art. 12 As rodovias estaduais do Estado de Goiás, nas quais seja cobrado pedágio, adotarão a modalidade de exploração econômica pública.

Art. 13 As rodovias dos tipos abaixo discriminadas, também poderão ser exploradas através de concessão ao setor privado, caso o estudo preliminar de outorga demonstre a possibilidade de tarifas menores para os usuários, e custos totais a valores presentes mais vantajosos para o Estado.

I – Autoestradas.

II – Vias Expressas.

Capítulo 6

A GESTÃO DAS RODOVIAS DE EXPLORAÇÃO PÚBLICA

Art. 14 A gestão das rodovias submetidas a exploração pública mediante pedágio será realizada pelo próprio Estado, sem objetivo de lucro, através de Órgão Gestor designado pelo Governador do Estado, e a supervisão da Secretaria de Estado a que se vincular o referido órgão.

§ 1º Os serviços e obras na rodovia sob pedágio público serão descentralizados a iniciativa privada através de contratos administrativos, tendo por contratante o Órgão Gestor; e contratadas, as empresas vencedoras das respectivas licitações, nos termos da legislação vigente de licitação e das prescrições desta lei.

Art. 15 Cabe ao Órgão Gestor a responsabilidade pela arrecadação do pedágio, por captar e gerir os recursos financeiros, e por assegurar a oportuna disponibilidade das receitas estipuladas para o financiamento da rodovia.

§ 1º - Todas as receitas vinculadas a infraestrutura rodoviária objeto de exploração pública são consideradas receitas públicas;

§ 2º - O Órgão Gestor poderá contratar os serviços especializados de arrecadação, guarda e transporte de valores, e depósito diário da totalidade valores de pedágio arrecadado, na conta vinculada da respectiva rodovia. As empresas contratantes destes serviços e seus proprietários estarão impedidos de prestar outros serviços e obras as rodovias submetidas a pedágio público.

Art. 16 O produto havido do pedágio deve ser destinado unicamente ao financiamento da exploração da infraestrutura rodoviária a ele submetida.



Estado de Goiás
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Parágrafo único. Acessos a municípios e comunidades lindeiras poderão ser incluídos no projeto da rodovia desde que haja previsão expressa no programa de metas e aprovação na lei que autorizar a cobrança de pedágio.

Art. 17 O ingresso de veículos na infraestrutura rodoviária explorada mediante cobrança de pedágio deve ser, sempre que possível, controlado, impondo-se ao usuário pagamento de tarifa correspondente à distância percorrida.

Parágrafo único. Nos casos em que for inviável a cobrança do pedágio pela distância percorrida, a estimativa do valor médio cobrado a maior dos usuários, devido a distribuição das praças, não deve ser superior ao montante dos custos da rodovia coberto por outras receitas distintas do pedágio.

Capítulo 7

DO FINANCIAMENTO

Art. 18 As rodovias submetidas à exploração econômica pública, poderão ter por fontes de financiamento:

I – Contribuições dos Usuários – receita das tarifas de pedágio cobradas dos motoristas dos veículos que utilizam a rodovia.

II – Contribuição do ESTADO — aporte a fundo perdido, através da alocação e recursos arrecadados de impostos, de contribuições, de taxas, de fundo vinculado a rodovias e outras fontes. (Contrapartida dos Contribuintes)

III – Contribuições dos Não-Usuários – receita de convênios com outras esferas de governo, e de parcerias com empreendedores, e outros setores interessados na rodovia.

IV – Antecipações de Receitas – receita de financiamentos, públicos ou privados.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Art. 19 Os custos totais da rodovia, - projeto, construção, manutenção, conservação, restauração, ampliação de capacidade, sinalização, segurança e monitoramento do tráfego, e obras de arte especiais; os custos de serviços de fiscalização, de consultoria, e de arrecadação de tarifas; os custos de apoio aos usuários, de gratuidades, de encargos de serviços públicos, e os custos financeiros -, servirão de base para a fixação de todos de forma equitativa, serão distribuídos entre os beneficiários da rodovia - Usuários, Não Usuários e o Estado da forma seguinte:

I - Contribuições dos Usuários – a parcela dos custos totais, correspondente aos benefícios dos USUÁRIOS, será cobrada destes através da tarifa, distribuída entre os usuários, proporcionalmente ao uso, e a categoria do veículo, obedecida a classificação de veículos desta Lei.

II - Contribuições do Estado - parcela dos custos totais indenizatória dos custos não-divisíveis, correspondente aos benefícios proporcionados pela rodovia a coletividade estadual, a não usuários e ao Estado.

III – Contribuições de Não Usuários – receitas de convênios com outras esferas de governo, de parcerias com empreendedores, e outros.

IV - Antecipações de Receita - empréstimos financeiros para financiamento de rodovias sob exploração econômica pública, captadas nos limites e condições estabelecidas pelo Governo do Estado. São recursos restituíveis, tomados de financiadores públicos ou privados;

V - Antecipações Públicas de Receitas: recursos restituíveis ao Estado, alocados sob forma de financiamento a rodovia submetida a pedágio, que deverão ser pago pelos usuários mediante receitas futuras do pedágio

§ 1º Incluem-se na contribuição prevista no inciso II, deste artigo, contrapartida Indenizatória do valor de gratuidades, de custos de obras e de serviços decorrentes de políticas sociais.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



§ 1º Incluem-se na contribuição prevista no inciso II, deste artigo, contrapartida indenizatória do valor de gratuidades, de custos de obras e de serviços decorrentes de políticas sociais.

§ 2º O Governo do Estado, quando da inclusão da rodovia na rede de exploração mediante pedágio público, fixará o valor do aporte a fundo perdido e o respectivo cronograma de desembolso. Os valores fixados, corrigidos do efeito inflacionário, serão incluídos na proposta orçamentária do Órgão Gestor.

§ 3º As receitas originadas das contribuições mencionadas no inciso III, deste artigo, serão aplicadas exclusivamente na rodovia a que se referem às contribuições, e deverá ser depositada em conta bancária vinculada a mesma rodovia.

§ 4º Os aportes restituíveis do Tesouro do Estado - dotações alocadas à rodovia, sob forma de empréstimo poderão ser dispensados de juros, deverão pagar a correção da inflação, pelo índice estipulado no contrato de gestão.

§ 5º Os financiamentos bancários - empréstimos tomados pela autoridade rodoviária, vinculados a rodovia, nos limites e condições aprovadas pelo Governo do Estado, poderão ser garantidos pela vinculação da receita de pedágio, no montante das amortizações e juros estabelecidos.

Capítulo 8

DA TARIFA

Art. 21 A cada exploração de infraestrutura rodoviária mediante a cobrança de pedágio deverá corresponder uma tarifa básica, preservada por regras de reajuste e revisão, destinadas a manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do empreendimento.

Parágrafo único. A tarifa terá por referência o das rodovias federais não podendo excedê-las

Art. 22 A base de cálculo das tarifas de pedágio levará em conta, obrigatoriamente, os seguintes fatores:

II – Despesas de Manutenção – englobando a previsão de despesas de conservação rotineira, corretiva, preventiva, preventiva periódica, e de todos os tipos de restauração;

III- Despesas Operacionais – envolvendo as despesas de administração, operação da rodovia, arrecadação de pedágio, atendimento a veículos e usuários, e outros custos gerais

IV – Despesas Financeiras – envolvendo as despesas decorrentes dos financiamentos autorizados pelo Estado e os seus custos.

V - Despesas Fiscais e Tributárias – no caso das rodovias sob exploração pública, esses custos estarão embutidos nos custos dos serviços e obras. Não incidirão sobre a receita de pedágio encargos fiscais e tributários.

Art. 23 A tarifa básica de pedágio é a unidade tarifária – UT. O seu valor corresponde ao preço inicial da tarifa cobrada do automóvel pelo deslocamento a distância de um (1) quilômetro, na rodovia a que se refere.

Art. 24 A estrutura tarifária, será diferenciada por categoria de veículos, conforme indicado na tabela seguinte:

Categoria:	Tipo de Veículo
------------	-----------------

1 Automóveis, caminhonetes e furgão .

2 Automóveis e caminhonetes com semi-reboque. Caminhões leves e ônibus leves

3 Caminhões médios e articulados e ônibus pesados

4 Caminhões pesados e articulados (7 a 9 eixos)

5 Caminhões superpesados e de transporte de cargas indivisíveis

6 Motocicletas, motonetas e bicicletas motorizadas

Art. 25 É vedado estabelecer privilégios tarifários que beneficiem segmentos específicos de usuários da infraestrutura rodoviária, exceto se no cumprimento de lei que especifique as fontes de recursos para ressarcimento do explorador.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a isenção tarifária assegurada a veículos de serviço da rodovia, e a ambulâncias, carros de bombeiros e de polícia em serviço.

§ 2º Poderão ser concedidos descontos tarifários em razão do dia ou da hora em que o usuário utilizar a infraestrutura rodoviária, bem assim em virtude da quantidade de vezes que se paga o pedágio, desde que estes descontos não alterem o equilíbrio econômico financeiro do contrato.

Art. 26 O reajuste da tarifa básica de pedágio deve ter periodicidade anual, respeitando a metodologia de reajustamento adotada para todas as rodovias estaduais exploradas mediante cobrança de pedágio público

Art. 27 A revisão de tarifa básica terá lugar quando da ocorrência de fatores não previstos no início da exploração importem no desequilíbrio econômico-financeiro desta. São considerados fatores motivadores de revisão da tarifa básica, para mais ou para menos, os seguintes:

I – redução ou o aumento do volume de tráfego, em relação aos valores adotados no programa de exploração do contrato.

II - supressão ou acréscimo de encargos nos programas de exploração.

III - recebimento de receitas não advindas da cobrança de pedágio, e não previstas no início da exploração

Capítulo 9

DOS PROGRAMAS DE EXPLORAÇÃO DE RODOVIA

Art. 28 O programa de exploração de infraestrutura rodoviária deve conter, obrigatoriamente, a relação de obras e serviços a serem executados durante a exploração, os cronogramas de execução e os parâmetros, especificações e padrões de qualidade a serem seguidos.

§ 1º O programa de exploração, deve ser transparente, e suficientemente desdobrado em seus objetivos e metas, para permitir o acompanhamento público de resultados e o controle social da gestão.

§ 2º O órgão gestor, regularmente, apresentará relatórios mensais e anuais, de acompanhamento do programa de exploração. Esses relatórios serão públicos, devendo ser submetido a apreciação do Conselho de Usuários

Art. 29 As alterações no programa de exploração que contrariem o disposto no programa de metas ou importem em acréscimo ou redução da tarifa básica em índice superior a dez por cento de seu valor presente deverão ser precedidas de audiências públicas.

Capítulo 9

DOS DIREITOS E DEVERES

DOS USUÁRIOS

Art. 30 São direitos e deveres dos usuários de rodovias exploradas mediante pedágio público:

I – receber serviço adequado, conforme previsto no Art.11, incisos I a X desta lei, e de acordo com os termos e especificações do programa de exploração da rodovia.

II – receber do explorador e da autoridade rodoviária, quando solicitadas, informações para defesa dos interesses individuais ou coletivos;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís Cesar Bueno



III – cumprir as obrigações legais e regulamentares pertinentes a utilização da rodovia e dos serviços ofertados;

IV – formar Conselho de Usuários com a finalidade de:

- a) acompanhar junto ao explorador e a administração rodoviária, os cálculos referentes à fixação, reajustamento, e revisão de tarifas.
- b) fiscalizar a execução do programa de exploração, e os padrões de qualidade do serviço prestado pelo explorador, de acordo com o estabelecido no contrato de exploração.
- c) propor aperfeiçoamentos dos serviços prestados pelo explorador e do programa de exploração da rodovia.
- d) cooperar com o explorador no desenvolvimento e na disseminação de programas educativos, destinados a orientação dos usuários sobre o uso dos serviços, bem como dos seus direitos e deveres.

§ 1º O explorador será responsável por fornecer instalações para as reuniões do Conselho, despesas de funcionamento e os serviços de secretaria do mesmo. O secretário do conselho será indicado pelo explorador.

§ 2º A participação no Conselho tem caráter voluntário e gratuito.

§ 3º O Conselho será formado por representantes dos usuários e de órgãos de defesa do consumidor, e será presidido por um destes, eleito dentre os demais.

§ 4º Serão representados no Conselho os sindicatos dos transportadores rodoviários de carga, das empresas de transporte de carga e logística, das empresas de transporte de passageiros, de associações de usuários, do comércio e indústria, um usuário e uma usuária individual, os dois últimos eleitos entre os inscritos maiores e 18 anos, e o representante do PROCON.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



- V - levar ao conhecimento do explorador e da autoridade rodoviária as irregularidades de que tenham conhecimento, referentes à execução da exploração;
- VI – comunicar a autoridade rodoviária atos ilícitos praticados pelo explorador, seus servidores, empresas contratadas prestadoras de serviços e obras, à frente do empreendimento explorado;
- VII – contribuir para a permanência das boas condições da infraestrutura rodoviária e cumprir a legislação de trânsito;
- VIII – receber da autoridade rodoviária e do explorador informações necessárias ao uso correto dos serviços colocados a sua disposição;

Art. 31 – Aplicam-se aos serviços submetidos ao pedágio público, no que se refere aos direitos dos usuários, as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor.

Capítulo 10

DOS DIREITOS E DEVERES DO PODER OUTORGANTE

Art. 32 - São direitos e deveres do poder outorgante:

- I - regulamentar o serviço outorgado e fiscalizar permanentemente a sua prestação;
- II - cumprir e fazer cumprir as disposições regulamentares do serviço e as cláusulas do contrato;
- III - zelar pela boa qualidade do serviço, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações dos usuários;
- IV - estimular as associações de usuários para a defesa de seus interesses relativos ao serviço, inclusive para sua fiscalização;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



V - estimular a competitividade e a livre concorrência, quando pertinentes, para racionalizar, melhorar a qualidade e ampliar a disponibilidade do serviço;

VI - fixar, reajustar e revisar as tarifas, na forma legal e contratual;

VII - aplicar as penalidades legais e contratuais;

VIII - declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública, promovendo as desapropriações, diretamente ou mediante outorga de poderes ao concessionário, caso em que será deste a responsabilidade pelas indenizações cabíveis;

IX - intervir na prestação do serviço, retomá-lo e extinguir os contratos, nos casos e nas condições previstas em lei e no contrato.

Capítulo 11

DIREITOS E DEVERES DO EXPLORADOR

Art. 33 Incumbe ao explorador, diretamente, e através das suas empresas prestadoras de serviços e obras:

I – prestar serviço adequado;

II – manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à exploração;

III – prestar contas da execução das obras e da gestão dos serviços;

IV – assegurar aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e as instalações vinculadas à exploração, bem como seus registros contábeis;

V – prestar informações que lhes forem solicitadas pela autoridade rodoviária, bem como realizar relatórios periódicos, conforme definido em contrato;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



- VI – promover desapropriações e instituir servidões administrativas seja por acordo ou por intermédio de ação judicial, de imóveis declarados de utilidade pública, para assegurar a realização e conservação de obras e serviços vinculados à exploração, bem assim propor limitações administrativas de caráter geral ao uso de imóveis limítrofes à faixa de domínio da infraestrutura rodoviária e ocupar, provisoriamente, sobreditos imóveis, para a finalidade indicada;
- VII – zelar pelos bens vinculados a exploração;
- VIII – desenvolver projetos comerciais associados à exploração, nos termos previstos em contrato;
- IX – adotar todas as providências para garantir a fluidez do tráfego na infraestrutura rodoviária, e nível de serviço adequado;
- X – garantir o pronto restabelecimento do tráfego, caso interrompido, com a eliminação de obstáculos e impedimentos ao fluxo, ainda que posteriormente possa requerer indenizações a terceiros, quando for o caso;
- XI – executar todas as obras, serviços e atividades relativos à exploração com zelo, diligência e economia, procurando sempre utilizar a melhor técnica aplicável a cada uma das tarefas desempenhadas e obedecendo rigorosamente as normas e especificações previstas no programa de exploração, garantindo o tráfego em condições de segurança;
- XII – implementar obras destinadas a aumentar a segurança e a comodidade dos usuários;
- XIII – adotar todas as providências necessárias a garantia do patrimônio da infraestrutura rodoviária, inclusive sua faixa de domínio e seus acessos;
- XIV – submeter à aprovação da autoridade rodoviária, com a antecedência prevista em contrato, o esquema de circulação alternativo que pretende adotar quando da realização de obra que obrigue a interrupção de qualquer das faixas de rolamento;



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



XV – divulgar adequadamente a ocorrência de situações excepcionais, a adoção de esquemas especiais de operação e a realização de obras na infraestrutura rodoviária, em especial aquelas que obriguem a interrupção de faixas de rolamento;

XVI – elaborar e colocar em prática esquemas de atendimento a situações de emergência, para tanto mantendo disponíveis recursos humanos e materiais;

XVII – apoiar a ação de representantes da autoridade rodoviária, da polícia, do corpo de bombeiros, da defesa civil, dos órgãos de saúde e das Forças Armadas;

XVIII – zelar pela proteção dos recursos naturais e ecossistemas respondendo pela obtenção de eventuais licenças exigidas pelos agentes de proteção ambiental;

XIX - aceitar todas as medidas tomadas pelos responsáveis investidos de autoridade de trânsito que se fizerem necessárias à garantia da fluidez de tráfego e segurança dos usuários, em caso de acidentes ou situações anormais à rotina;

XX – manter nas praças de pedágio, livros numerados e visados pela autoridade rodoviária, destinados ao registro de reclamações ou queixas relativas à prestação de serviços do explorador ou de seus agentes;

XXI – respeitar, na execução de obras e serviços, as características ambientais do local de execução, obrigando-se ainda a transportar, para o local identificado e aprovado pela autoridade rodoviária e pelos agentes de proteção ambiental, os materiais de bota-fora, entulhos e lixos de qualquer natureza, provenientes das obras e serviços que venha a realizar;

XXII – manter, em pontos adequados próximos às praças de pedágio, sinalização indicativa de valor das tarifas de pedágio vigentes;

XXIII – submeter à prévia aprovação da autoridade rodoviária a desativação e a baixa de bens móveis integrados à exploração;

XXIV – controlar todos os terrenos e edificações integrantes da exploração e tomar medidas necessárias para evitar e sanar uso ou ocupação não autorizada desses bens, mantendo a autoridade rodoviária informada a respeito;

XXV – apresentar relatório à autoridade rodoviária sobre as reclamações registradas pelos usuários, as respostas dadas e as providências adotadas.

Capítulo 12

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 34 A fiscalização da exploração de infraestrutura rodoviária mediante cobrança de pedágio será exercida pela autoridade rodoviária, e destinar-se-á a garantir o perfeito cumprimento das determinações previstas nesta lei, no programa de exploração e no contrato.

Art. 35 Com base nos trabalhos de fiscalização, a autoridade rodoviária deverá elaborar relatórios mensais e anual de acompanhamento da exploração, nos quais deverá avaliar a execução do contrato, e de forma objetiva, as condições que trata art. 11 desta lei.

Parágrafo único. Os relatórios de acompanhamento da exploração deverão ser publicados na página da internet da autoridade rodoviária.

Art. 36 Será estabelecido em contrato a periodicidade da realização de auditoria financeira e contábil da exploração, por auditores independentes, sem prejuízo de outras que a autoridade rodoviária entenda conveniente realizar.

Capítulo 13

DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 37 Constitui infração toda ação ou omissão voluntária ou involuntária, que importe em descumprimento de disposições desta lei, do programa de exploração ou do contrato.



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luís Cesar Bueno



§ 1º É estritamente proibida a fixação de praças de cobrança em distância menor que o estipulado em lei, sob pena de multa e de demolição.

§2º Responde pela infração, conjunta ou isoladamente, qualquer pessoa física ou jurídica que, intervindo na exploração, concorra para a sua prática ou dela se beneficie.

§ 3º Ao infrator fica garantido amplo direito de defesa.

Art. 38 As infrações estão sujeitas às seguintes penas, aplicáveis separada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade da falta:

I – advertência;

II – multa, de cem até dez mil unidades de referência de tarifa;

III - interrupção da exploração, mediante rescisão contratual.

Parágrafo único. O valor de uma unidade de referência de tarifa corresponde a mil vezes o valor da tarifa básica vigente na data de recolhimento da multa.

Art. 39 Compete à autoridade rodoviária determinar a pena ou as penas aplicáveis ao infrator, fixando sua quantidade, respeitados os limites fixados no artigo anterior.

Capítulo 14

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 40 O explorador deverá apresentar à autoridade rodoviária relatórios técnicos, operacionais e financeiros, mensais e anuais, de forma a retratar o fiel andamento das obras e serviços previstos no programa de exploração.

Capítulo 15

DA INTERRUÇÃO DA EXPLORAÇÃO

Art. 41 Interrompe-se a exploração da infraestrutura rodoviária mediante cobrança de pedágio em face da ocorrência das seguintes situações, sem prejuízo de outras que venham a ser estabelecidas em contrato:

- I – suspensão da execução de obras ou da prestação dos serviços, sem que tenham sido tomadas medidas adequadas à remoção da respectiva causa;
- II – realização das obras em desacordo com as normas técnicas, com os projetos aprovados pela autoridade rodoviária ou com as determinações constantes do programa de exploração;
- III – prestação de serviços de forma inadequada;
- IV – recusa em proceder a adequada conservação e manutenção dos bens que integram a exploração;
- V – cobrança de pedágio em valor diferente do fixado em contrato;
- VI – oposição repetida ao exercício da fiscalização, reiterada recusa ao cumprimento de exigências formuladas pela autoridade rodoviária ou sistemática inobservância do programa de exploração, quando se mostrarem ineficazes as demais sanções contratuais.

Parágrafo único. Os contratos de prestação de serviços e obras assinados pelo Órgão Gestor com empresas descentralizadas, contratadas para a prestação de serviços e obras em rodovias exploradas mediante cobrança de pedágio, incorporarão nos limites do objeto do contrato de cada uma, obrigações solidárias, responsabilidades e sanções pelo descumprimento dos incisos I, II, III, IV, e VI.

Art. 42 A suspensão da exploração da infraestrutura rodoviária mediante cobrança e pedágio, será precedida da abertura de processo e de audiências públicas onde se comprove plenamente o caráter de interesse público e a inevitabilidade da medida. A abertura do processo poderá ser motivada por:

I - iniciativa do Estado, poder outorgante, por razões de interesse público ou razões de Estado;

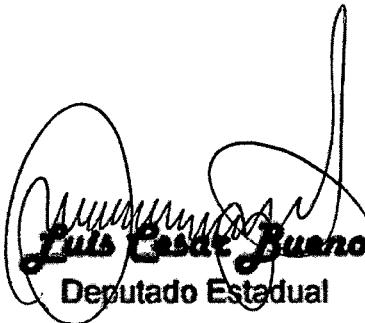
II - requerimento dos usuários em face de inadimplemento das condições contratuais por parte explorador;

III – iniciativa dos órgãos de controle externo, Tribunal de Contas do Estado – TCE, Ministério Público Estadual e órgãos de defesa do consumidor;

IV - decisão judicial.

Parágrafo único: Na hipótese de suspensão da cobrança serão assegurados os direitos de credores com garantias de financiamentos bancários lastreados na arrecadação de pedágio.

Art. 43 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.


Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual



Estado de Goiás
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



JUSTIFICATIVA

Iniciamos a presente justificativa legislativa ressaltando que a regulamentação da lei que faz concessão da gestão terceirizada de trechos de rodovias estaduais faz-se de extrema necessidade para garantir o funcionamento do sistema de concessão de que ora tratamos. Acreditamos que o presente projeto de lei tem em sua função a importante missão de esclarecer e permitir uma melhor aplicação da lei, visando a garantia da prestação de serviço rodoviário efetivamente de qualidade à população.

Assim, esclarecemos que os diferentes aspectos que envolvem o sistema de cobrança de pedágios foram no presente projeto de lei agrupados em eixos, em torno dos quais deverá se fazer a gestão dos trechos das rodovias estaduais.

Com efeito, entre a ideia expressa genericamente na lei e sua aplicação efetiva, forçoso é detectar-se, por exemplo, a necessidade de sua regulamentação, a fim de adequar a norma à realidade fática para que a mesma atinja a plena eficácia.

Isso ocorre porque, embora louvável a intenção de criar determinada lei para beneficiar a coletividade, constantemente, o legislador, ponderando acerca dos obstáculos para a execução dessa lei, estipula os detalhes dos diversos aspectos práticos pertinentes por meio do ato de regulamentação da lei.

Percebe-se que face à sobrecarga de diplomas legais que dependem de regulamentação, nos últimos anos, houve um acúmulo de leis não regulamentadas, que, assim, deixaram de ser efetivamente aplicadas. O parlamentar, para dirimir esse problema, deve buscar, na medida do possível, além de expressar suas ideias no texto legal, expor as formas para sua realização, bem como definir prazos, sanções e exceções, com o objetivo de evitar a necessidade de regulamentação obrigatória pelo Executivo, possibilitando a imediata aplicação da lei.




Estado de Goiás
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
Gabinete do Deputado Luis Cesar Bueno



Muitos juristas entendem ser inconstitucional a aplicação de lei não regulamentada. Nesse sentido, o Prof. Miguel Reale, em parecer exarado a uma consulta, diz: '...Uma lei não regulamentada, não obstante a regulamentação esteja nela prevista, acha-se desprovida de eficácia. Qualquer ato nela baseado incorre em inconstitucionalidade, uma vez que são feridos dois princípios constitucionais: o que diz que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei, válida e eficaz'; e o de que 'ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal' (Constituição Federal, art. 5º, inciso LIV)".

Por tais razões conclamamos à todos os colegas deputados e deputadas para que votem favoravelmente à proposição ora apresentada.

PLENÁRIO GETULINO ARTIAGA - PALÁCIO ALFREDO NASSER, em DE DE 2018.



Luis Cesar Bueno
Deputado Estadual



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ao Sr. Dep.(s) HELIO DE SOUZA

PARA RELATAR

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 15/03 /2018

Presidente:



PROCESSO N.º : 2018000827
INTERESSADO : DEPUTADO LUIS CESAR BUENO
ASSUNTO : Dispõe sobre a cobrança de pedágio em rodovias do sistema rodoviário estadual.

RELATÓRIO PRELIMINAR

Versam os autos sobre a cobrança de pedágio em rodovias do sistema rodoviário estadual.

A proposição disciplina em detalhes as regras sobre a cobrança de pedágio, exploração da infraestrutura rodoviária, contratação e gestão.

Constam diversos capítulos que tratam das definições, condições para a cobrança e pedágio, regras para cobrança de pedágio, modelo de exploração, gestão das rodovias de exploração pública, financiamento, tarifa, programas de exploração de rodovia, direitos e deveres dos usuários, direitos e deveres do poder outorgante, direitos e deveres do explorador, fiscalização, infrações e penalidades, prestação de contas e interrupção da exploração.

A justificativa aponta que o projeto de lei objetiva esclarecer e permitir uma melhor aplicação da lei, visando a garantia da prestação de serviço rodoviário efetivamente de qualidade à população.

Essa é a síntese da presente propositura.

O presente projeto de lei disciplina em detalhes a matéria de exploração de pedágio no âmbito das rodovias goianas. Com efeito, esse tema, por sua complexidade, exige um debate mais aprofundado, a fim de que sejam agregadas discussões sobre a viabilidade e os benefícios.

4

Sendo assim, julgamos necessário e oportuno ouvir a Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR à qual, segundo a Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, compete:

Art. 2º Compete à AGR, no âmbito das competências do Estado de Goiás e no cumprimento do disposto no § 5º do art. 136 da Constituição Estadual:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação específica referente aos serviços concedidos, permitidos ou autorizados, bem como regular a prestação desses serviços e metas estabelecidas, através da fixação de normas, recomendações e procedimentos técnicos;

II - acompanhar, regular, controlar e fiscalizar os serviços de competência do Estado, de acordo com os padrões e as normas estabelecidos nos regulamentos e contratos de concessão, permissão ou autorização, apurando e aplicando as sanções cabíveis e prestando orientações necessárias aos ajustes na prestação dos serviços e, se for o caso, ordenando providências visando o término de infrações e do descumprimento de obrigações legais ou contratuais, fixando prazo para os seus cumprimentos;

III - manter atualizados sistemas de informações sobre os serviços regulados, visando apoiar e subsidiar estudos e decisões sobre o setor;

IV - moderar e dirimir conflitos de interesses relativos ao objeto das concessões, permissões e autorizações, bem como prevenir infrações;

4

V - analisar e emitir pareceres sobre propostas de legislação e normas que digam respeito à regulação, ao controle e à fiscalização dos serviços públicos por ela regulados, controlados e fiscalizados;

Isto posto, somos pela **conversão desse processo em diligência** para colher o parecer da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos – AGR, sobre a proposição em pauta.

SALA DAS COMISSÕES, em 15 de Março de 2018.

72
Deputado HELIO DE SOUSA
Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

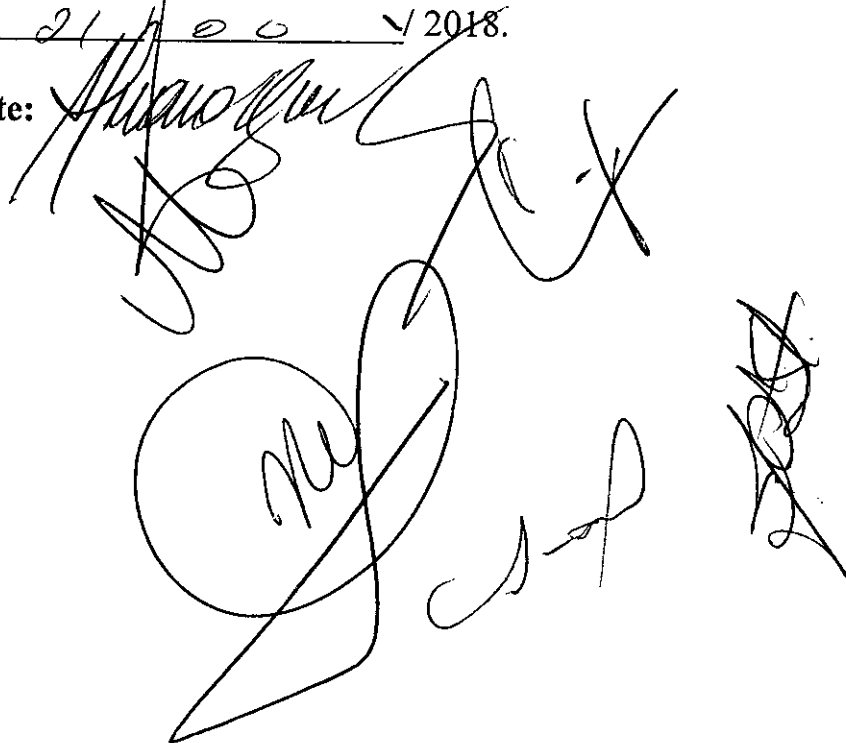
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova o parecer do Relator **CONVERTENDO EM DILIGÊNCIA.**

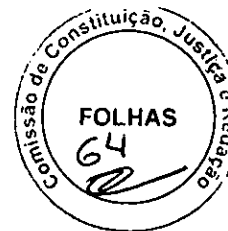
Processo Nº 827/18

Sala das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 21/00 de 2018.

Presidente:

The block contains several handwritten signatures. The first signature, under the 'Presidente:' label, is a cursive signature that appears to be 'Solon Amaral'. Below it, there are several other signatures, some of which are large and stylized, possibly representing other members of the commission. The signatures are written in black ink on a white background.



Ofício N.º 024/2018 - C.C.J.R

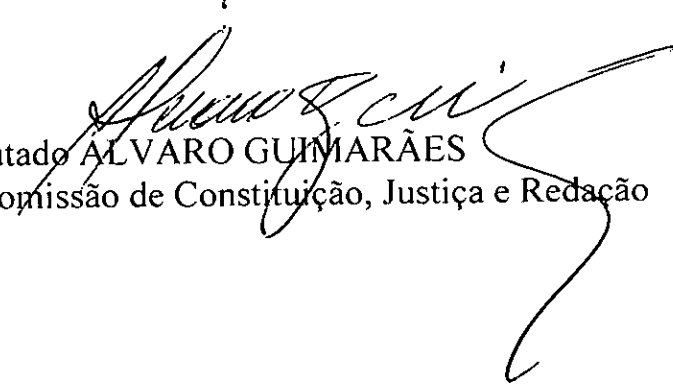
Goiânia, 28 de junho de 2018.

Senhor Presidente,

Os Deputados membros da Comissão de Constituição, Justiça e Redação deliberaram em reunião, converter em Diligência o Processo de nº 0827/18, de autoria do Deputado Luís Cesar Bueno, cujo conteúdo se faz acompanhar este ofício.

Assim sendo reiteremos, a Vossa Excelência, as informações necessárias que ora acompanha o presente pedido, através de um parecer técnico elaborado por esta Agência, para que o nobre Deputado Hélio de Sousa, possa elaborar seu relatório final.

Atenciosamente,


Deputado ALVARO GUIMARÃES
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Ex.mo. Sr.

RIDOVAL DARCI CHIARELOTO

Agência Goiana de Regulação controle e fiscalização de Serviços Públicos
- AGR

Ed. Visconde de Mauá – Av. Goiás nº 305 – Setor Central
GOIÂNIA - GO

A.L. PROTOCOLO GERAL
RECEBI
Em 28/06/18
Por Exatidão e Legitimidade



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Ofício nº 942/2018 SEI - AGR

GOIANIA, 08 de agosto de 2018.

Ao Senhor
Deputado Alvaro Guimarães
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação
Assembléia Legislativa do Estado de Goiás
Goiânia - Goiás.

Assunto: Projeto de Lei nº 72/2018.

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente e em resposta ao Ofício nº 024/2018, após criteriosa análise entendemos que a proposta – **Projeto de Lei nº 72, de 05 março de 2018, resta prejudicada**, pois, a matéria já foi regulamentada nos termos do que dispõe a Lei nº 19.999, de 02 de fevereiro de 2018, que autoriza a concessão das rodovias estaduais que especifica e dá outras providências.

As rodovias do Estado de Goiás *que poderiam ser objeto de concessão já estão caracterizadas e contempladas na mencionada Lei.*

Acrescente-se a isto que, embasado na Lei nº 19.999, de 02 de fevereiro de 2018, as mencionadas rodovias são objeto de concessão pela AGETOP, conforme Edital de Concorrência Internacional nº 01, cuja abertura dar-se-á em 12 de setembro de 2018.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **RIDOVAL DARCI CHIARELOTO, Presidente**, em 08/08/2018, às 11:15, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 3554963 e o código CRC 96F1B82D.

GABINETE DO CONSELHEIRO PRESIDENTE
AVENIDA GOIÁS - Bairro CENTRO - CEP 74005-010 - GOIANIA - GO - ED. VISCONDE DE
MAUÁ 305



Referência: Processo nº 201800029005480



SEI 3554963



PROCESSO N.º : 2018000827
INTERESSADO : DEPUTADO LUIS CESAR BUENO
ASSUNTO : Dispõe sobre a cobrança de pedágio em rodovias do sistema rodoviário estadual.

RELATÓRIO CONCLUSIVO

Versam os autos sobre projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Luis Cesar Bueno, dispondo sobre a cobrança de pedágio em rodovias do sistema rodoviário estadual.

Em tramitação pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação, foi por mim elaborado o Relatório Preliminar sugerindo a conversão deste processo em diligência para o seu encaminhamento à Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização - AGR, a fim de que fosse realizada a competente manifestação conforme a Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999.

Em resposta chegou a esta Casa Legislativa, o Ofício nº 942/2018 SEI-AGR, de 8 de agosto de 2018, proveniente da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, subscrito pelo Presidente, Sr. Ridoval Darci Chiareloto.

Esse expediente informa que *"a matéria já foi regulamentada nos termos do que dispõe a Lei nº 19.999, de 02 de fevereiro de 2018, que autoriza a concessão das rodovias estaduais que especifica e dá outras providências"*. Menciona, ainda, que *"as mencionadas rodovias são objeto de concessão pela AGETOP, conforme Edital de Concorrência Internacional nº 01, cuja abertura dar-se-á em 12 de setembro de 2018."*

Essa é a síntese da proposição em análise.

U

Primeiramente, é cediço que o Estado é composto de Poderes, que representam uma divisão estrutural interna, destinada à execução de certas funções estatais. Esses Poderes do Estado, segundo a clássica tripartição concebida pelo filósofo francês Montesquieu, são o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. As Constituições Federal e Estadual estabelecem, expressamente, que "*são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*" (CF, art. 2º e CE, art. 2º).

A Constituição atribui a cada um dos Poderes do Estado determinada função típica: ao Poder Legislativo é atribuída as funções normativa (CE, art. 10) e fiscalizatória (CE, arts. 11, 25 e 27), de elaboração das leis (função legislativa) e de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo; ao Poder Executivo, a função de dar execução, diante de casos concretos, à lei (função administrativa); ao Poder Judiciário, a função de aplicar a lei aos litigantes (função jurisdicional).

Entretanto, no Brasil, não há exclusividade no exercício das funções pelos Poderes, vale dizer, não há uma rígida, absoluta, divisão dos Poderes, mas sim preponderância na realização dessa ou daquela função.

Assim, embora os Poderes tenham suas funções precípua (funções típicas), a própria Constituição autoriza que também desempenhem funções que normalmente pertenceriam a Poder diverso (funções atípicas). São as chamadas "ressalvas ou exceções ao princípio da Separação dos Poderes".

Portanto, as funções atípicas do Poder Legislativo constituem-se em administrar e julgar. A primeira ocorre quando o Legislativo dispõe sobre sua organização e operacionalidade interna, promoções de seus servidores; enquanto a segunda ocorrerá, por exemplo, ao processar e julgar Governador por crime de responsabilidade.

Em relação à função típica do Poder Legislativo consistente na atividade fiscalizatória, a qual nos interessa mais de perto por referir-se ao conteúdo do presente projeto, pode ser classificada em político-administrativa e financeiro-orçamentário.

Pelo primeiro controle, o Legislativo poderá questionar os atos do Poder Executivo, tendo acesso ao funcionamento de sua máquina burocrática, a fim

4



de analisar a gestão da coisa pública e, consequentemente, tomar as medidas que entenda necessárias.

Já o segundo controle corresponde à fiscalização prevista nos arts. 25 e seguintes da Constituição Estadual. Assim, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Estado e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, além dos sistemas internos de cada Poder, será exercida pela Assembleia Legislativa, mediante controle externo com o auxílio do Tribunal de Contas.

Constata-se, porém, que tanto no exercício das suas funções típicas de legislar e fiscalizar, quanto em suas funções atípicas de administrar e julgar não consta a de substituir o Executivo na gestão de contratos administrativos celebrados, já que tais atividades são de índole estritamente técnico-administrativas, não compatíveis com as funções institucionais do Poder Legislativo.

Dessarte, caso o Poder Legislativo, por meio de lei, assuma funções ou atividades não compatíveis com a sua vocação constitucional o ato ficará contaminado pelo vício da inconstitucionalidade. Ocorrerá, *in casu*, usurpação das funções do Poder Executivo, atingindo frontalmente o princípio constitucional expresso da separação dos poderes.

Esse foi o entendimento do Supremo Tribunal Federal no julgamento da ADI 2733/ES, quando declarou a inconstitucionalidade de lei capixaba de iniciativa parlamentar que excluiu as motocicletas da relação de veículos sujeitos ao pagamento de pedágio e concedeu desconto aos estudantes. Para o STF, essa lei, além de afetar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão de obra pública celebrado pela Administração, afronta o princípio da harmonia entre os Poderes:

EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI N. 7.304/02 DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. EXCLUSÃO DAS MOTOCICLETAS DA RELAÇÃO DE VEÍCULOS SUJEITOS AO PAGAMENTO DE PEDÁGIO. CONCESSÃO DE DESCONTO, AOS ESTUDANTES, DE CINQUENTA POR CENTO SOBRE O VALOR DO PEDÁGIO. LEI DE INICIATIVA PARLAMENTAR. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS

φ

CONTRATOS CELEBRADOS PELA
ADMINISTRAÇÃO. VIOLAÇÃO. PRINCÍPIO DA
HARMONIA ENTRE OS PODERES. AFRONTA. 1. A lei
estadual afeta o equilíbrio econômico-financeiro do
contrato de concessão de obra pública, celebrado pela
Administração capixaba, ao conceder descontos e
isenções sem qualquer forma de compensação. 2. Afronta
evidente ao princípio da harmonia entre os poderes,
harmonia e não separação, na medida em que o Poder
Legislativo pretende substituir o Executivo na gestão dos
contratos administrativos celebrados. 3. Pedido de
declaração de inconstitucionalidade julgado procedente.

Com efeito, somente o chefe do Poder Executivo tem
legitimidade constitucional para iniciar uma proposição legislativa dispondo sobre a
cobrança de pedágio nas rodovias. Conforme definiu o STF, trata-se de um tema
inserido na esfera da iniciativa reservada do chefe do Executivo.

Por tais razões, a presente proposição é incompatível com o
sistema constitucional vigente.

Isso posto, ante o vício de inconstitucionalidade apontado,
somos pela **rejeição** da propositura em pauta. É o relatório.

SALA DAS COMISSÕES, em 14 de novembro de 2018.


DEPUTADO HELIO DE SOUSA
RELATOR

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

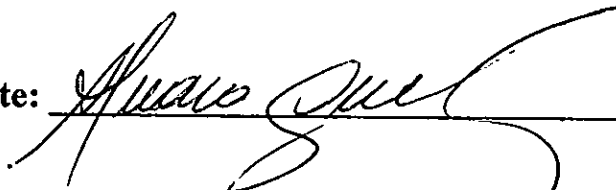
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação Aprova
o parecer do Relator **CONTRÁRIO A MATERIA.**

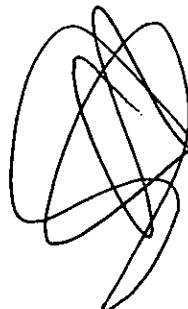
Processo Nº 827/18

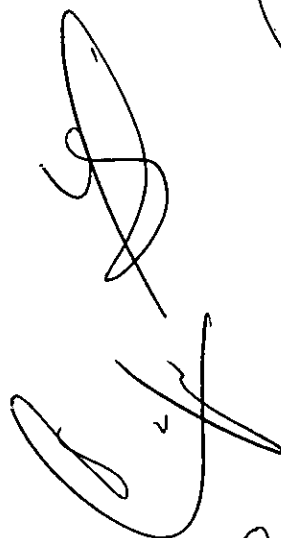
Salá das Comissões Deputado Solon Amaral

Em 22 / 11 / 2018.

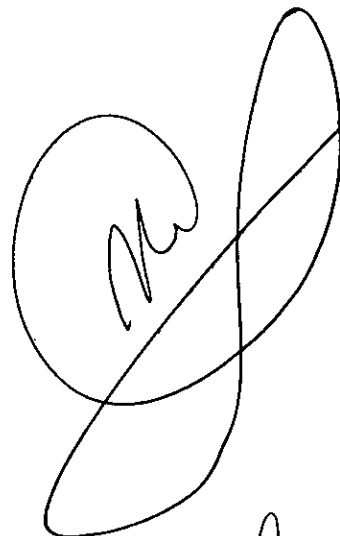
Presidente:















ESTADO DE GOIÁS
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA



Goiânia, 31 de janeiro de 2019.

De acordo com o artigo 124 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, encaminhe-se para arquivamento, depois de gravada a sua tramitação no sistema de protocolo.

Rubens Bueno Sardinha da Costa
Diretor Parlamentar

A assinatura manuscrita de Rubens Bueno Sardinha da Costa, escrita em tinta preta, sobreposta ao nome e cargo.